

FABULAÇÕES DO PASSADO A PARTIR DE E CONTRA O ARQUIVO EM *PERDER A MÃE*, DE SAIDIYA HARTMAN, E *ÁGUAS DE HOMENS PRETOS*, DE ALLAN DA ROSA

OSMO, Alan¹

RESUMO: *Perder a mãe*, de Saidiya Hartman, e *Águas de homens pretos*, de Allan da Rosa, são dois ensaios que têm como tema central a memória da escravidão. Combinando pesquisa acadêmica, autobiografia e imaginação, ambos trabalhos abordam um passado de violência a partir de uma preocupação ética com as vítimas, levando em conta suas significativas ressonâncias e continuidades no presente. Este artigo se propõe a discutir como ambos autores, em suas escritas da memória da escravidão, ao mesmo tempo que partem de um trabalho com arquivo, fazem importantes críticas às suas limitações. Aliando a fabulação às suas pesquisas em arquivos, eles se propõem a enfrentar os traumas do passado e do presente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Escravidão; Arquivo; Ficção; Trauma Histórico.

FABULATIONS OF THE PAST THROUGH AND AGAINST THE ARCHIVE IN *LOSE YOUR MOTHER*, BY SAIDIYA HARTMAN, AND *ÁGUAS DE HOMENS PRETOS*, BY ALLAN DA ROSA

ABSTRACT: *Lose your mother*, by Saidiya Hartman, and *Águas de homens pretos*, by Allan da Rosa, are two essays centered on the memory of slavery. Combining academic research, autobiography, and imagination, both works engage with a violent past through an ethical commitment to its victims while attending to the enduring legacies and continuities of slavery in the present. This article examines how, in their engagements with the memory of slavery,

¹ Pós-doutorando no Programa de Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas, com estágio de pesquisa na Universidade de Stellenbosch, na África do Sul. Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1046-7934> E-mail: alanosmo@unicamp.br

both authors draw on archival research while simultaneously exposing the archive's limitations. By bringing archival inquiry into dialogue with fabulation, they develop ways of confronting the traumas of both the past and the present.

KEYWORDS: Memory; Slavery; Archive; Fiction; Historical Trauma.

INTRODUÇÃO

No dia 25 de março de 2026, a assembleia geral da ONU aprovou uma resolução reconhecendo o tráfico transatlântico de escravos como o maior crime contra a humanidade (NAÇÕES UNIDAS, 2026). A resolução apresentada por Gana destaca como o tráfico em larga escala de africanos escravizados a partir do século XV representou uma ruptura na história da humanidade cujas consequências atravessaram os continentes e os séculos, ressaltando também o quão pouco ainda é conhecido sobre os quatrocentos anos de sua duração bem como de seus efeitos posteriores. Trata-se da maior migração forçada da história e um dos sistemas mais duradouros de exploração humana em massa organizado já registrado, acarretando também milhões de pessoas mortas no processo de captura, detenção e tráfico através dos oceanos. A resolução retoma um princípio presente em tradições legais e morais africanas de que “*a crime does not rot*”,² com o sentido de que crimes contra a humanidade persistem produzindo efeitos com o passar do tempo até que sejam reconhecidos e enfrentados com verdade, justiça e reparação. Panashe Chigumadzi, uma das intelectuais que compôs o núcleo de especialistas que auxiliou no embasamento da resolução, afirma³ que a ideia de reparação continua mesmo para crimes cometidos em gerações anteriores, pois um crime como a escravidão permanece produzindo graves consequências ainda hoje para populações na África e de descendência africana ao redor do mundo. Assim, é preciso reconhecer seus impactos atuais nas imensas desigualdades raciais, no racismo estrutural, na marginalização, disparidades socioeconômicas, e também no enorme sofrimento psíquico decorrente de traumas contínuos e discriminação que afeta a população negra ao redor do mundo.

Em entrevista a Paul Gilroy, a escritora Toni Morrison afirma:

² A tradução literal seria “um crime não apodrece”.

³ Pronunciamento de Panashe Chigumadzi proferido no 3º encontro, da 5ª sessão, do Fórum Permanente de Pessoas de Descendência Africana. Disponível em <<https://webtv.un.org/en/asset/k1g/k1goptzfr5>> Acesso em 04 jun. 2026. (A fala começa no minuto 36 do vídeo.)

a vida moderna começa com a escravidão [...]. A escravidão dividiu o mundo ao meio, ela o dividiu em todos os sentidos. Ela dividiu a Europa. Ela fez deles alguma outra coisa, ela fez deles senhores de escravos, ela os enlouqueceu. [...] Eles tiveram de desumanizar, não só os escravos, mas a si mesmos. Eles tiveram de reconstruir tudo a fim de fazer este sistema parecer verdadeiro (MORRISON *apud* GILROY, 2012, p. 412-413).

Saidiya Hartman afirma, em ensaio escrito originalmente em 2007, que também vive no tempo da escravidão. Isso significa que ela vive “no futuro criado por ela”, “no tempo da contínua crise da cidadania” (HARTMAN, 2021, p. 168). O interesse no passado da escravidão, no caso, não é propriamente o de descobrir fatos novos sobre o que aconteceu, mas antes o que continua vivo a partir dessa história. A autora chama de sobrevida da escravidão o modo como as dinâmicas e violências estabelecidas séculos atrás persistem ainda hoje, afinal também “vivemos num mundo em que o racismo escolhe os que têm e os que não têm nada e decide quem vive e quem morre” (HARTMAN, 2021, p. 164). A importância da memória da escravidão, para a autora, é um sentimento de urgência de que, mesmo agora, vidas estão em perigo. A tarefa de escavar as feridas do passado podem auxiliar no enfrentamento das injustiças do presente: “Se a escravidão parece próxima em vez de remota e a liberdade parece cada vez mais esquiva, isso tem tudo a ver com nossos próprios tempos sombrios. Se o fantasma da escravidão ainda assombra nosso presente, é porque ainda estamos buscando uma saída da prisão” (HARTMAN, 2021, p. 169).

Este artigo se propõe a discutir as escritas da memória da escravidão em *Perder a mãe*, de Saidya Hartman (2021), e *Águas de homens pretos*, de Allan da Rosa (2021), dois ensaios que se deparam com limites na pesquisa histórica a partir de fontes documentais, e que fazem uso de um intencional projeto imaginativo. São textos que se situam na fronteira de distintos gêneros de escrita, misturando história, literatura e autobiografia, tendo em vista um compromisso ético com as vítimas da escravidão e do racismo, reconhecendo as continuidades do passado em nosso presente e também colocando seus autores como parte interessada de um coletivo profundamente afetado por esses violentos processos históricos. Este artigo focará no modo como os dois ensaios problematizam os limites dos arquivos da escravidão, propondo formas que aliam explicitamente a fabulação em busca de, ao mesmo tempo, uma memória justa e respeitosa com os mortos do passado e de um engajamento com as lutas contra o racismo e as violências do presente.



O LIVRO DOS MORTOS E A FABULAÇÃO CRÍTICA

No capítulo “O livro dos mortos”,⁴ de *Perder a mãe*, Saidya Hartman resgata a história de uma garota que foi brutalmente torturada e assassinada a bordo do navio negreiro chamado *Recovery*. Apenas podemos saber algo sobre ela em razão de uma acusação judicial que foi movida contra o capitão do navio por conta desses assassinatos. Ainda assim, o que chega até nós está limitado pelo arquivo da escravidão, que é incapaz de trazer uma dimensão profunda de sua vida, reconhecendo sua dignidade e seu sofrimento:

Umas poucas linhas de uma transcrição judicial mofada formam a história inteira de vida de uma garota. Não fosse isso, ela teria sido extinta sem deixar um rastro. Essas palavras são a única defesa de sua existência, a única barreira contra o seu desaparecimento; e essas palavras a mataram uma segunda vez e a lançaram para o fundo do Atlântico (HARTMAN, 2021, p. 174).

Das 21 pessoas escravizadas que morreram a bordo do *Recovery*, e de milhões de outras que foram atiradas no Oceano Atlântico das quais nada sabemos a respeito, encontramos registros de uma garota específica: “Circunstâncias excepcionais impediram-na de ser simplesmente varrida na pilha de vidas obscuras espalhadas no fundo do oceano: um capitão foi julgado pelo homicídio da garota” (HARTMAN, 2021, p. 175). A sua história foi usada pelo movimento abolicionista inglês para sensibilizar a opinião pública contra as brutalidades do tráfico Atlântico em 1792, quando William Wiberforce fez um discurso no Parlamento inglês trazendo uma denúncia do episódio. Findo o julgamento, que por sinal absolveu o capitão e os demais envolvidos no crime, acabou-se também o interesse pela garota. Hartman ressalta a especificidade da violência histórica contra a mulher negra na escravidão: ela é ao mesmo tempo um objeto libidinal do homem branco e um corpo descartável. Por mais que a garota tenha aparecido nos arquivos, ninguém lembrou de seu nome ou registrou as coisas que ela disse, sendo sua história representativa de muitas outras mulheres negras das quais pouca ou nenhuma evidência restou na história da escravidão. Diante disso, a escrita de Hartman se propõe a imaginá-la “fora dos termos de declarações e julgamentos” que a baniram da categoria do humano e que decretaram que sua vida era descartável:

⁴ Livro dos mortos era o nome dado ao diário das pessoas negras que morreram a bordo dos navios negreiros.

Eu também estou tentando salvar a vida da garota, não da morte, da doença ou de um tirano, mas do esquecimento. Entretanto, não tenho certeza se é possível salvar uma existência a partir de um punhado de palavras: o suposto assassinato de uma garota negra. Sua vida era impossível de ser reconstruída, nem mesmo seu nome sobreviveu (HARTMAN, 2021, p. 174).

Michel Foucault (2006) reflete sobre tipos de vidas do passado que só chegam até nós a partir de poucos registros em arquivos, muitas vezes frutos de acaso. Tratam-se de “[v]idas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras” (FOUCAULT, 2006, p. 203). Não apenas esses textos se referem a existências reais, mas eles também operam sobre a realidade, muitas vezes determinando o destino das pessoas a partir de uma lógica de poder. Assim, em um arquivo jurídico sobre o julgamento, não apenas ficamos sabendo sobre a existência de uma mulher violentada, brutalizada e morta num navio, mas também sobre o veredicto que julgou o capitão responsável, declarando-o inocente no episódio. O arquivo que permite o acesso à vida da mulher, ao mesmo tempo determina seu esquecimento. Segundo Foucault, trata-se de um discurso que atravessa vidas reais, fazendo com que elas sejam riscadas e perdidas nessas palavras. A grande maioria das vítimas da escravidão compõem existências que quase não deixaram rastros. Pouco sabemos sobre suas histórias, suas genealogias, seus nomes, seus rostos e suas vivências interiores. Além disso, seus registros em arquivos, muitas vezes estão ligados a algum encontro com o poder: “Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 207-208). Desse modo, é muito difícil recuperar essas vidas “em estado livre”, fora desse poder que as capturou.

No artigo “Vênus em dois atos”, Saidiya Hartman retoma a história da mulher morta a bordo do *Recovery*, discutida em *Perder a mãe*, destacando como, na verdade, eram duas garotas e não uma que aparecem no arquivo do julgamento. A existência dessa segunda garota, entretanto, fica ainda mais nebulosa, pois quase não há informações sobre ela. Ela aparece apenas como Vênus, nome dado a muitas mulheres negras que, de alguma forma, encarnam no imaginário masculino branco o símbolo da convergência entre exotismo e sexualidade: “Como figura emblemática da mulher escravizada no mundo atlântico, Vênus evidencia a convergência

do terror e do prazer na economia libidinal da escravidão, assim como a intimidade da História com o escândalo e o excesso de literatura” (HARTMAN, 2020, p. 13). Saidiya afirma que preferiu, ou melhor, não conseguiu contar a história de Vênus, em um primeiro momento, pois ela “temia o que poderia inventar” (HARTMAN, 2020, p. 24). Tendo em vista os limites do que é possível vislumbrar a partir dos arquivos, a autora chegou a nutrir o desejo de escrever um romance, ou seja, ficcionalizar uma história de amizade entre as duas garotas no convés do navio. Se no coração do texto do arquivo se encontra uma desumanização, o desafio ético estava em buscar algo além que permitisse resgatar a dignidade e o rosto das pessoas violentadas. A dúvida reside em como buscar um modo estético apropriado para isso: “imaginar Vênus e sua amiga fora dos termos de declarações e julgamentos que as baniram da categoria do humano e decretaram que suas vidas eram descartáveis” (HARTMAN, 2020, p. 26). Se a história precisa se ater aos limites dos fatos, das evidências e dos arquivos, a literatura aparece como uma forma de se exceder as ficções da história.

Ao discutir o ensaio *Perder a mãe*, Fernanda Silva e Souza (2023) destaca a influência do romance *Amada*, de Toni Morrison (2007), no projeto intelectual de Saidiya Hartman: os livros de ambas as autoras são carregados pelos anseios de lamentar os escravizados mortos. O romance de Toni Morrison foi construído a partir de uma notícia de jornal que conta a história de Margaret Garner, mulher escravizada que tinha fugido, e antes de ser recapturada pelos feitores, num ato de desespero, mata uma filha e tenta também matar suas outras crianças. O arquivo, no caso, é usado pela escritora como um ponto de partida para a criação de todo um universo simbólico e afetivo na ficção, que dá vida e profundidade àquela mulher que cometeu um ato que chocou a sociedade da época. Assim, apesar de partir de documentos históricos, a principal fonte para a imaginação de Toni Morrison sobre o passado da escravidão é o presente, mais especificamente a experiência subjetiva de uma mulher negra em uma sociedade racista. Segundo Silva e Souza (2023, p. 17), *Amada* teve grande ressonância em historiadores norte-americanos do período por trazer para o primeiro plano “a experiência de homens e mulheres escravizados desde uma perspectiva que vai além dos limites do arquivo histórico ao imaginar e reconstruir os seus afetos, traumas, sonhos, pensamentos e ações sem se apoiar em uma verificação factual”.

Em ensaio que reflete sobre seu próprio processo de escrita, Toni Morrison (1995) coloca como uma de suas principais tarefas buscar a complexidade da vida interior das pessoas escravizadas que ficou de fora dos escritos e documentos da época que chegaram até nós. O

único caminho para isso, entretanto, é através da imaginação. A escritora chama de *arqueologia literária* essa busca por uma vida interior inacessível do passado:

Tendo como base algumas informações e um pouco de especulação, você realiza uma jornada a um local para ver quais vestígios foram deixados para trás, e para reconstruir o mundo que esses vestígios deixam entrever. O que faz disso uma ficção é a natureza do ato imaginativo: meu apoio nas imagens – nos vestígios – em conjunto com as lembranças, para revelar um tipo de verdade (MORRISON, 1995, p. 92, tradução minha).⁵

A proposta de arqueologia literária, de Toni Morrison, pode ser pensada como um tipo de investigação do passado que se dá a partir de recursos imaginativos e literários. A ideia de ficção, no caso, não é oposta à verdade, pelo contrário. Diante de um passado apagado e deturpado, ela se coloca como um recurso para acessar, criar imagens e especialmente dar profundidade para vidas humanas que por séculos não foram consideradas como tal, sendo alvos de todo tipo de violência e inferiorização.

Ao buscar resgatar a história das duas garotas mortas no navio *Recovery*, Saidiya Hartman reflete também sobre a distância e a impossibilidade de uma compreensão profunda de suas vidas. É a partir dessa impossibilidade, e também de um projeto não concretizado de ficcionalizar uma possível amizade entre as duas garotas, que Saidiya Hartman desenvolve sua proposta de fabulação crítica. Em uma sociedade escravista, a escravidão não apenas não era vista como crime ou mesmo como um problema, como toda a ordem social, incluindo as leis, a polícia, o sistema judiciário e político, amparava as relações de sujeição e toda violência que o senhor cometia contra as pessoas escravizadas. Nesse sentido, “[o] arquivo da escravidão repousa sobre uma violência fundadora. Essa violência determina, regula e organiza os tipos de afirmações que podem ser formuladas sobre a escravidão e também cria sujeitos e objetos de poder” (HARTMAN, 2020, p. 27). Para enfrentar a frieza dos números e dados que os arquivos carregam e para tentar dar vida para o passado por meio da escrita, Saidiya Hartman (2020) propõe aliar a pesquisa com uma dose de imaginação, uma mistura de histórico e ficcional. Seria, assim, uma escrita de uma contra-história baseada em um compromisso ético com a impossibilidade da representação da vida do cativo. Não se trata de “*dar voz ao escravo*, mas

⁵ “On the basis of some information and a little bit of guess-work you journey to a site to see what remains were left behind and to reconstruct the world that these remains imply. What makes it fiction is the nature of the imaginative act: my reliance on the image - on the remains – in addition to recollection, to yield up a kind of a truth” (MORRISON, 1995, p. 92).

antes imaginar o que não pode ser verificado, um domínio de experiência que está situado entre duas zonas de morte – morte social e corporal – e considerar as vidas precárias que são visíveis apenas no momento de seu desaparecimento” (HARTMAN, 2020, p. 29-30). Achille Mbembe reflete como uma escrita da história desse passado é muito difícil diante de uma ausência de vestígios de fontes historiográficas:

se tem a impressão de que a escrita da história dos negros só pode ser feita com base em fragmentos, mobilizados para dar conta de uma experiência em si mesma fragmentada, a de um povo em pontilhado, lutando para se definir não como um compósito disparatado, mas como uma comunidade cujas manchas de sangue são visíveis por toda a superfície da modernidade (MBEMBE, 2018, p. 63).

Hartman chama de *fabulação crítica* a escrita de uma história cultural do cativo que se esforça para superar os limites do arquivo, e que carrega uma forte preocupação com o presente, entendendo a liberdade como um processo ainda incompleto. Ou seja, sendo o presente recorrentemente interrompido pelo passado que se manifesta com sua atualidade traumática, trata-se de buscar uma escrita impossível, que se esforça por narrar as vidas dos sem nomes e dos esquecidos e ao mesmo tempo respeitar os silêncios e a distância daquilo que permanecerá inacessível: “A violência irreparável do tráfico atlântico de escravos reside precisamente em todas as histórias que não podemos conhecer e que nunca serão recuperadas” (HARTMAN, 2020, p. 30). Essas vidas que foram relegadas ao não histórico e consideradas descartáveis, entretanto, “exercem uma reivindicação sobre o presente e exigem que imaginemos um futuro no qual a sobrevida da escravidão tenha terminado” (HARTMAN, 2020, p. 31).

FABULANDO O PASSADO A PARTIR DA ESCRITA DE CARTAS

O ensaio *Águas de homens pretos*, de Allan da Rosa (2022), é composto por cartas que, em sua maioria, se dirigem a homens negros que viveram em diferentes momentos dos últimos dois séculos na cidade de São Paulo.⁶ São homens que existiram e que têm fragmentos de suas vidas

⁶ Na verdade, o ensaio é composto por cinco cartas, sendo que a primeira é dirigida ao rio, que funciona como uma testemunha dos processos históricos, alguém que presenciou as mudanças e permanências do passado. As outras quatro cartas são dirigidas a homens negros de diferentes períodos históricos, sendo que a última delas é dirigida ao pai do autor.

registrados em arquivos, dos quais o autor parte para reconstruir suas vidas. Em uma das cartas, Rosa (2022) se dirige a Seu Claro, um negro escravizado do século XIX que era letrado e que fez uso dessa habilidade para escrever cartas para pessoas que não dominavam a escrita. Uma das pessoas que recorreu ao Seu Claro foi Teodora, mulher escravizada que foi separada de seu filho e de seu marido, e que buscava se reunir a eles, comprar sua liberdade e voltar para a África. A história de Teodora e Seu Claro é resgatada pela historiadora Maria Cristina Wissenbach (2012, 2017) a partir de pesquisas em arquivos policiais do período escravista. Como anexo de um processo judicial movido contra Seu Claro e Teodora, foram anexadas as cartas que ela solicitou que ele escrevesse.⁷ Parte importante das informações sobre a vida de Seu Claro chegam até nós através de informações indiretas dadas por Teodora em seu depoimento (WISSENBACH, 2017). Por fazerem parte de um arquivo policial, aquilo que foi registrado, portanto, era o que eventualmente foi considerado relevante para o desdobramento do caso. Allan da Rosa, entretanto, se questiona sobre o que não aparece ali e que permite uma melhor compreensão da vida de Seu Claro:

É pouco o que daqui de minha época poderia deslindar certo sobre tua infância, tua lida carpinteira e tua presença antes de ser documentado em arquivo policial e além do que se seguiu ao teu encarceramento, fatos que colho nas descobertas de minuciosas investigações historiográficas. Mas farejando frestas, comparando canais, desanuviando pistas e lendo pincas de pesquisas, abrem-se algumas paisagens sem tantos embaços. São as que me permitem cismar com fundamento, cabreiro com detalhes, oferecendo horizonte (ROSA, 2022, p. 91).

Assim como no caso das duas mulheres mortas a bordo do navio negreiro *Recovery* resgatadas por Saidiya Hartman, foi o encontro com o poder que fez com que a existência de Seu Claro fosse registrada em arquivos. E são os arquivos que o sentenciaram à prisão que também determinam seu esquecimento, pois de alguma forma é difícil saber das duras condições de sua existência, bem como sobre a história do seu letramento e da sua relação com

⁷ A esse respeito, Wissenbach (2017, p. 61) diz que Teodora, “por meio das cartas, esperava que se concretizasse a possibilidade de localizar e entrar em contato com seu marido e seu filho, dos quais havia sido apartada já há algum tempo por conta de vendas em separado. Exigia-lhes, através delas, parceria na busca e na realização de seus objetivos maiores – reunir a família, juntar o pecúlio necessário para a compra da liberdade e, finalmente, voltar à terra natal, a África”. Por terem sido confiscadas pela polícia, as cartas, que em sua maioria endereçadas ao seu marido, nunca chegaram a seus destinatários, com exceção de uma que foi enviada ao senhor de Teodora. Wissenbach (2012) diz que, ao localizar essas cartas nunca entregues a quem lhes pertencia de direito, estabeleceu como parte de seu compromisso como historiadora social torná-las públicas pela primeira vez.

a escrita apenas a partir do que foi enredado pelas malhas da justiça. Assim, para uma melhor compreensão sobre Seu Claro, Allan da Rosa propõe aliar à pesquisa de arquivo um uso deliberado da imaginação. Se a partir de escassos documentos foi possível encontrar alguns registros sobre sua vida, eles são insuficientes ou até mesmo violentos por congelar existências, reduzir a números e naturalizar uma ordem que se sustentava na desumanização de pessoas negras como ele. Segundo Rosa, “[m]e baseio nos arquivos que apresentam pedaços de tua passagem, Seu Claro, mas implico interessado nas lacunas gigantescas sobre teus antecedentes e teus rumos que mal constam nos registros feitos pelos donos dos contratos, das espingardas e dos escritórios oficiais” (ROSA, 2022, p. 92).

Em *Mal de arquivo*, Jacques Derrida (2001) reflete sobre a figura dos arcontes, os guardiães dos arquivos, que eram não apenas responsáveis pela segurança do depósito e do suporte, mas carregavam também a chave e o poder de sua interpretação. Sob essa perspectiva o arquivo se associa ao comando, à possibilidade de fazer leis e de aplicá-las. Se aqueles que redigiam e mantinham os arquivos que registraram a existência do Seu Claro eram policiais, mercadores, proprietários de escravos e oficiais da justiça que buscavam manter a ordem escravista, é preciso uma forma de contrapor a essa representação, sendo de grande valia a imaginação. Nesse sentido, Rosa elabora a proposta de *fabular fundamentado*, mesmo que não possa ou talvez justamente porque não possa recuperar integralmente os passos de Seu Claro:

é esse horizonte de histórias que se adentram que necessito colorir para que o cotidiano, a ficção e o imaginário se entrelacem e para que a concepção de ti como ser humano e como força se faça, assim como o que seja o passado, para que eu também melhor me compreenda e entoe, afague e cutuque a minha época. Pretendo e preciso matutar sobre o que poderia ter existido, isso que pode nos preencher ainda mais do que um próprio fato concreto carimbado (ROSA, 2022, p. 92-93).

A proposta de imaginar o passado está intimamente conectada com a reflexão sobre o presente e com o compromisso com as injustiças e violências que permanecem. Seligmann-Silva (2023) defende a proposta de se realizar um movimento para fora da lógica do arquivo por meio da literatura e da arte. O que está em jogo é um modo de pensar e de agir que desconfia dos arquivos, a partir de um ato político de rememoração. Não se trata, portanto, de destruir ou ignorar os arquivos, mas de os reapropriar de modo criativo e crítico.

Na carta a Mariano Gama, Allan da Rosa parte de uma notícia de jornal de 1872, portanto, um ano antes da Lei do Ventre Livre, que narra uma festa promovida pelos ex-senhores

por ocasião da alforria de um homem escravizado. Trata-se justamente do destinatário da carta, Mariano, que, em uma cerimônia solene que foi coberta por um jornal da época, teria recebido benevolmente sua liberdade. Toda a história descrita se restringe a focar na generosidade das pessoas brancas que propiciaram a alforria, enquanto Mariano permanece silenciado: não conhecemos sua voz, o que pensa, nem como sentiu quando “ganhou sua liberdade”. Como mostra Rosa (2021, p. 194), no enredo apresentado da “festa dos generosos magnânimos”, a presença de Mariano “já surge fechada, sem história antecedente [...]. Apenas mais um escravo...”. Até mesmo para o discurso de agradecimento, foi colocado um tabelião para falar em seu nome, louvando os “benfeitores que tomaram parte em favor da liberdade”.⁸ Cabe destacar também o momento da festa em que o padre, seu antigo senhor, aconselha Mariano sobre como “devia se portar em seu novo estado”, o que retrata como havia a compreensão de que os negros precisavam ser tutelados, civilizados para poderem preencher os requisitos mínimos de convivência social como contraponto para sua liberdade.

Através de sua escrita, Allan da Rosa busca imaginar o que não está no arquivo, tendo sobretudo como preocupação o que sentia e experienciava Mariano, algo que a notícia de jornal não se preocupou em nenhum momento. Se uma busca e investigação estritamente objetiva pelos documentos não é suficiente para romper com essa lógica que hierarquiza e silencia pessoas negras, a fabulação preenche os vazios, despetrifica e faz com que possamos desnaturalizar uma violência que era tida socialmente como normal. Além disso, a carta faz uso deliberado da ironia para se contrapor à hipocrisia da benevolência branca que reproduz as hierarquias raciais da sociedade escravocrata, silenciando e inferiorizando as pessoas negras mesmo que libertas: “Percebi que não teve muito tempo para se expressar na celebração de tua independência, Mariano” (ROSA, 2021, p. 179). Allan da Rosa pondera que nessa noite Mariano provavelmente não teve que servir os convivas, porém dificilmente tenha sido convidado para comer e beber junto às madames e aos figurões, afinal “toda liberdade tem suas responsabilidades e limites” (ROSA, 2021, p. 178).

Como parte do ritual que marca a transição entre a condição de cativo e de pessoa liberta, é narrado, na notícia de jornal, um significativo momento em que Mariano escolhe para

⁸ Discutindo a alforria, Orlando Patterson (2008, p. 311) diz que era socialmente esperado que o ex-escravo fosse grato ao seu antigo senhor pela “generosidade em libertá-lo”, enquanto este frequentemente manifestava orgulho pelo seu gesto: “Nos modernos sistemas escravistas capitalistas, embora os escravos, de uma forma ou de outra, pagassem caro por sua liberdade, esta ainda era considerada como uma dádiva conferida pelo senhor ou senhora. [...] os proprietários dos escravos viam o ato de manumissão como um gesto de caridade, a despeito de quaisquer condições ou termos”.

si um novo sobrenome: Gama, “nome que adotou em memória do protetor dos cativos, Luiz Gama” (*apud* ROSA, 2021, p. 175). Trata-se do único momento em que é possível vislumbrar algum tipo de agenciamento por parte de Mariano, ainda mais porque sua escolha é politicamente significativa. Ao se rebatizar, Mariano busca renascer no contexto de sua nova condição, tentando se apropriar de seu destino a partir de um novo nome (ROSA, 2021). Mbembe (2018, p. 72) nos lembra que, “[n]o novo mundo, o escravo negro é juridicamente destituído de qualquer parentesco. Ele é, conseqüentemente, um ‘sem parentes’”, condição que lhe era imposta pela lei e pela força. Ao invés de tomar o nome de seu antigo senhor, prática bastante comum durante o tempo da escravidão, por que não escolher para si um nome carregado de simbolismo em torno de uma liberdade que precisava ser criada? Assim é como se sua família, sua comunidade e sua genealogia fossem constituídas não propriamente por pessoas do mesmo sangue, mas por aqueles irmanados pelo destino, que compreendiam a violência e lutavam contra as injustiças, sendo Luiz Gama, muito mais do que uma pessoa ou um nome, um horizonte ao qual se dirigir: “a ausência de uma referência determinada pela filiação soprava a possibilidade de se agregar pelo menos simbolicamente a uma linhagem que se escolhe para ser acolhimento ou farol” (ROSA, 2021, p. 236). Como não sabemos quase nada de Mariano Gama a partir de seus registros no arquivo, é possível imaginá-lo a partir desse espelho que ele escolheu para si. Para Allan da Rosa (2021, p. 198), a imagem de Luiz Gama foi para Mariano “o jorro de um novo nome que emenda novo destino”, servindo como um ideal para construir sua identidade de homem livre.

A proposta de escrita de cartas de Allan da Rosa pode ser pensada como uma forma de se dirigir a potenciais ancestrais e imaginá-los para além do que aparecem nos registros dos arquivos. É também um meio de prestar respeito a essas pessoas que foram vítimas de diversos tipos de violência por conta de uma sociedade que não levava em conta a humanidade de pessoas negras. Ora, quando corriqueiramente pensamos em uma carta, imaginamos uma mensagem que atravessa uma distância para aproximar duas pessoas que por algum motivo não estão no mesmo lugar. Uma carta que atravessa o tempo e que se dirige ao passado só pode existir no terreno da ficção, ainda mais quando levamos em conta que o destinatário está morto e nunca poderia ler o que foi escrito. Nesse caso, a carta é uma forma de viajar no tempo, de tentar se aproximar sensivelmente e impossivelmente de uma pessoa que não mais existe em carne e osso. Referindo-se à troca de correspondências, Michel Foucault (2011, p. 222) diz que na medida em que conta “sua própria vida, o que faz, suas escolhas, suas hesitações, suas decisões, aquele que escreve a carta põe sua própria vida ante o olhar do seu destinatário”. A

carta proporciona um face-a-face, pois é simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário e também “uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz” (FOUCAULT, 1992, p. 150). Assim, podemos pensar que, ao se dirigir aos seus destinatários e fabulá-los, Allan da Rosa também está buscando criar uma imagem de si e compreender o seu momento no presente.

Além disso, há de se considerar que, no contexto histórico da escravidão, a palavra *carta* também era usada para se referir à *carta de alforria*, ou seja, ela equivalia “à carta de liberdade que os ex-escravos exibiam como a materialidade maior de sua conquista e da nova condição. A posse desse documento constituía uma das principais insígnias que, em última instância, diferenciava os homens livres dos escravos” (WISSENBAACH, 2012, p. 240). A carta entendida de tal modo, portanto, era algo extremamente desejado, e os ex-escravos que a detinham necessitavam tê-la sempre junto ao seu corpo como garantia de que eram livres e como proteção contra autoridades e oficiais que porventura pudessem questionar sua condição. As pessoas escravizadas que eram letradas eram vistas especialmente como perigosas, pois, como aponta Bergamini (2017), elas podiam forjar documentos, incluindo a própria carta de alforria, bem como mudar seus nomes e sobrenomes. Assim, através da escrita elas poderiam “representar a si mesmas como livres” (BERGAMINI, 2017, p. 131). Levando em conta essa polissemia da palavra, podemos pensar que as cartas que Allan da Rosa escreve a seus destinatários carregam também o desejo de imaginar a liberdade lhes foi negada, forjando novos destinos e possibilidades. Assim, o autor questiona seu remetente e também a si mesmo: “Mariano, o que seria possível em uma real troca e discernimento da inteireza do teu ser que não considerasse o teu cativeiro e os grilhões de todo um país, de toda uma história?” (ROSA, 2021, p. 195).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Poética da relação*, Édouard Glissant (2021, p. 29) afirma que “[n]o barco negreiro, a única escrita é a do livro de contas, que se destina ao valor de troca dos escravos. No espaço do barco, o grito dos deportados é abafado, como o será no universo das plantações. Esse confronto reverbera até nós”. A esse respeito, Pereira (2021, p. 494) afirma que “a sujeição inimaginável daqueles que vivem no rastro da escravidão nunca pode exterminar as possibilidades de fuga, os sonhos de abolição, as possibilidades de imaginar outros mundos”. É a partir da distância entre o que aparece no livro de contas e o grito dos deportados reverberado até hoje que operam

as escritas dos ensaios *Perder a mãe* e *Águas de homens pretos*. Se a partir do encontro com o poder, arquivos registraram a existência de Mariano Gama, Seu Claro, Vênus e sua amiga, foi o trabalho de fabulação desenvolvido no presente por Allan da Rosa e Saidiya Hartman que puderam trazer profundidade para essas vidas e reinscrevê-las de um modo ético.

A discussão sobre os usos e limites de arquivos, bem como sobre as dificuldades de um trabalho histórico que se detém estritamente sobre fontes documentais tradicionais para pensar o passado da escravidão se enriquecem a partir de uma escrita em que o pesquisador se posiciona e abertamente mistura história e imaginação para realizar um trabalho de memória. Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de uma preocupação ética com a representação do passado da escravidão, levando em conta riscos de se reatualizar a violência sem um distanciamento crítico, a partir de uma nova desumanização e objetificação de corpos negros. As fabulações buscam imaginar algo para além do arquivo, respeitando a distância daquilo que é impossível saber. Nas escritas da memória da escravidão de Saidiya Hartman e de Allan da Rosa, está presente um eu pesquisador que não se esconde em uma suposta neutralidade científica, mas que se permite e tem coragem de abrir suas próprias feridas para compreender um trauma que é coletivo.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v. 35, n. 71, p. 115-136, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p115-136>

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

_____. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder-saber*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222. (Ditos e escritos IV)

_____. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

- GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- _____. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MORRISON, Toni. *Amada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. The site of memory. In: ZINSSER, William (Ed.). *Inventing the truth: the art and the craft of memoir*. 2. ed. Boston; New York: Houghton Mifflin, 1995. p. 83-102.
- NAÇÕES UNIDAS. Resolução A/80/L.48 da Assembleia Geral da ONU, 17 de março de 2026.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008.
- PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481-508, maio-ago 2021. DOI <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1719>
- ROSA, Allan da. *Águas de homens pretos: imaginário, cisma e cotidiano ancestral* (São Paulo, séculos 19 ao 20). São Paulo: Veneta, 2021.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Walter Benjamin e a guerra das imagens*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- SILVA E SOUSA, Fernanda. Sem nomes e sem histórias, mas amados: a escrita da história da escravidão em *Perder a mãe*, de Saidiya Hartman. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–31, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.1997.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão. In: XAVIER, G; FARIAS, J. B.; GOMES, F.. (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 227-243.
- _____. Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão. In: CORD, Marcelo Mac; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Faperj; 7Letras, 2017. p. 59-76.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.